

# Como a OCDE vê a agricultura brasileira

A OCDE acaba de divulgar o estudo "Análise das Políticas Agrícolas do Brasil", como parte de uma iniciativa voltada para a análise das políticas agrícolas de quatro das principais economias agrícolas fora dos países desenvolvidos: China, Índia, África do Sul e Brasil. O trabalho mede a magnitude da proteção à agricultura e o impacto do comércio e das reformas de política agrícola.

O nível baixo de apoio explica a forma da transformação da economia rural. O seu crescimento é atribuído principalmente aos aumentos na produtividade. A expansão na área plantada é fenômeno recente, com grande contribuição da soja e do milho da segunda safra, principalmente da

uma alteração na composição e direção do comércio. Houve uma mudança dos produtos tropicais típicos, como café e suco de laranja, no sentido de soja e carnes. A participação média da produção exportada corresponde a em torno de 25% a 30%. No Canadá, essa taxa chega a 40%, e na Austrália, a dois terços.

## APOIO INTERNO

Uma de suas principais constatações é o fato de o Brasil ter uma posição entre os países de menores concessões de subsídios à agricultura. O aumento do agronegócio brasileiro é fruto exclusivo de sua competitividade. De todo o apoio recebido pelo setor, os produtores recebem

três quartos. O restante corresponde a serviços gerais, tais como pesquisa, extensão e treinamento.

O apoio ao produtor é concedido por meio de transferências relacionadas com o sistema nacional de crédito

para produtos básicos que concorrem com importados (arroz, milho e trigo) e algodão. Essas commodities recebem proteção tarifária mínima, muito embora os produtores sejam efetivamente compensados por terem de competir com outros parceiros do Mercosul. Isso porque o valor da assistência técnica é aproximadamente equivalente à atual tarifa do Brasil para países fora do Mercosul.

Mas a metade do benefício total de apoio ao crédito rural tem como origem a reestruturação da grande dívida setorial acumulada durante o período de instabilidade econômica, até o lançamento do Plano Real, em 1994. São as operações enquadradas na Securitização e no Programa Especial de Saneamento de Ativos.

## SUBSÍDIO EXTERNO

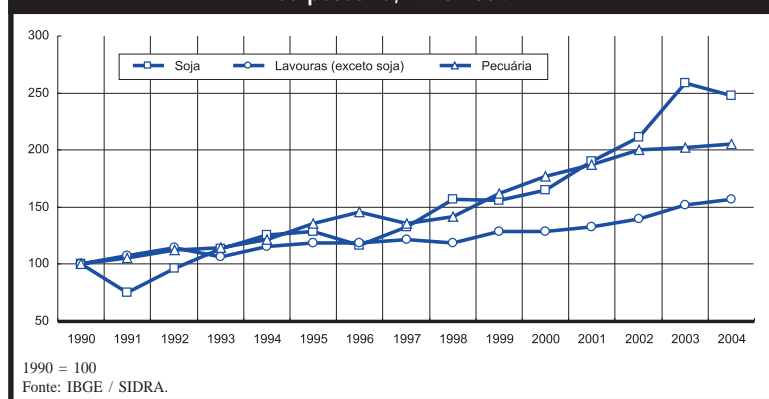
Segundo a OCDE, o apoio do governo brasileiro aos produtores, medido pela PSE (Estimativa de Apoio ao Produtor, em português), representou apenas 3% do valor bruto das receitas dos produtores rurais em 2002-2004. É uma taxa muito abaixo da média praticada pelos países que integram a OCDE: EUA e Japão.

As transferências totais à agricultura dos países da OCDE, medidas pela Estimativa de Apoio Total (TSE), foram de US\$378 bilhões em 2004. Evidentemente, subsídios desta monta provocam graves distorções sobre o comércio internacional de produtos agroindustriais. Significa grande prejuízo para os países com vocação agrícola, atividade que tem importantes efeitos multiplicadores sobre os demais segmentos da economia. É o caso do Brasil, cuja população seria particularmente beneficiada por uma liberalização do comércio agrícola internacional, conforme pleiteia o País na OMC.

Tendo liberalizado substancialmente suas próprias políticas agrícolas, a principal fonte de futuros benefícios para o Brasil está nas reformas de outros países. O acesso aos mercados da OCDE é a questão mais importante.

Os exportadores brasileiros são barrados por elevadas tarifas em mer-

Brasil: índices de produção de lavouras e produtos da pecuária, 1990-2004



região centro-oeste do País. Os preços favoráveis das *commodities* e a taxa de câmbio desvalorizada justificam essa movimentação. Com a mudança de cenário, fica irreal extrapolar uma taxa de crescimento desta dimensão.

O recente *boom* das exportações agrícolas nacionais está associado a

crédito rural, que oferece recursos a taxas preferenciais. Cerca de 28% dos empréstimos à agricultura estão nessa situação. As preferências são, de certa forma, anuladas pelas práticas bancárias de impor exigências adicionais aos tomadores, como seguros, aplicações etc.

Os maiores níveis de apoio são

cados-chave, por escalada tarifária de acordo com o grau de processamento de muitas commodities importantes. São medidas de tratamento desfavoráveis sob esquemas preferenciais de comércio e sistemas de quotas, e por significativas medidas não tarifárias, em especial para produtos pecuários.

## POTENCIAL

A posição de destaque do Brasil no mercado internacional do agronegócio surpreende o mundo e incomoda os competidores. Resulta da conjugação de vantagens competitivas notórias, como a disponibilidade de recursos naturais, a capacidade empreendedora dos empresários rurais e o trabalho realizado por instituições e empresas voltadas à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia agropecuária. Os resultados foram ampliados pela situação favorável dos mercados de *commodities* e pela paridade cambial vigentes até 2004.

Esta conjunção de fatores positivos permitiu ao agronegócio brasileiro contrabalançar as sérias restrições internas – como a carência de infra-estrutura e o elevado custo do dinheiro – e o protecionismo praticado pelas nações desenvolvidas.

Líder internacional na produção ou exportação em importantes mercados – soja, carnes, açúcar, café, suco de laranja, celulose e papel, dentre outros –, a agricultura brasileira registrou enorme salto de produtividade nos últimos anos, a despeito da redução do apoio orçamentário do governo à atividade.

Os estudos da OCDE indicam que um corte de 50% nas tarifas e nos subsídios à exportação, em termos globais e para todos os setores, e uma redução de 50% no apoio doméstico à agricultura nos seus países membros:

- Proporcionariam um ganho de bem-estar ao Brasil de US\$1,7 bilhão, equivalente a aproximadamente 0,3% do PIB.
- Cerca de 59% da melhoria de bem-estar decorreriam das reduções tarifárias sobre produtos agropecuários pelos membros da OCDE.

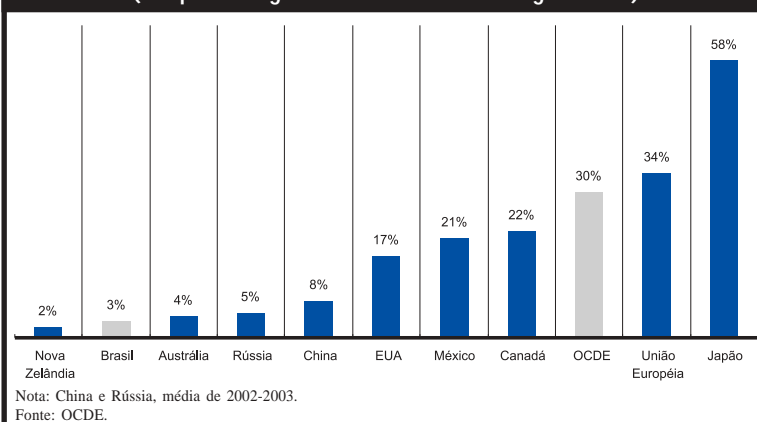
• O Brasil se apropriaria de mais da metade de todos os ganhos dos países em desenvolvimento decorrentes das reformas agrícolas dos países da OCDE (veja gráfico).

Os dados da OCDE substanciam a posição agressiva defendida pelo agronegócio brasileiro nas negociações internacionais, especialmente, no âmbito da OMC.

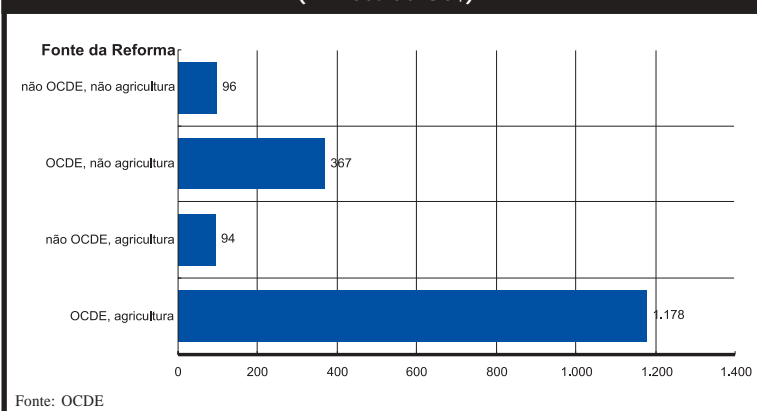
Por outro lado, os números revelam um vigoroso crescimento do Brasil no comércio agrícola global. Em 1993, a exportação do agronegócio era de US\$15,9 bilhões, com superávit de US\$11,7 bilhões. No acumulado dos últimos doze meses até setembro de 2005, as vendas externas chegaram a US\$41,6 bilhões, gerando um saldo de US\$36,6 bilhões.

O desempenho só não é melhor, devido às distorções do mercado internacional, decorrentes de subsídios à exportação, políticas de apoio interno com efeitos negativos sobre os preços das commodities e barreiras

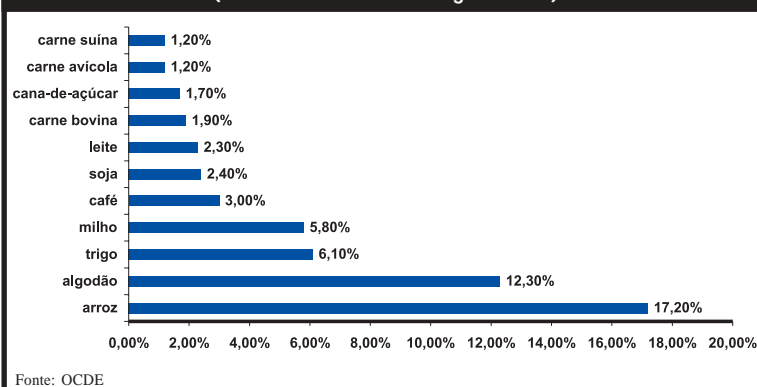
Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE), média de 2002-2004 (em percentagem da receita bruta da agricultura)



Ganhos de bem-estar do Brasil com a reforma multilateral (milhões de US\$)



Brasil: estimativa de apoio (PSE) por produto, média de 2002 a 2004 (% da receita bruta da agricultura)



ras de acesso a mercados, que envolvem exigências sanitárias, ambientais e sociais.

**ONDE SABER MAIS:**  
Revista de Política Agrícola.  
Secretaria de Política Agrícola. MAPA.  
Ano XIV. Outubro de 2005.  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento